



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: DA ORIGEM À ATUALIDADE

ROSA EMÍLIA MACHADO DE ALENCAR¹

Resumo: O presente estudo busca discutir “a degradação do trabalho na sociedade capitalista: da origem à atualidade”. Dentro do universo de questões que esse problema levanta, apresentaremos como o desenvolvimento do capitalismo tem possibilitado negativamente a degradação do trabalho e do trabalhador no decorrer dos anos. Para isso, a base teórica utilizada é a marxista. Os resultados dessa investigação retratam que, no decorrer dos tempos, a degradação do trabalho estaria refinando as formas de exploração que caracterizam toda a história do capitalismo, sendo a classe trabalhadora seu principal alvo.

Palavras-chave: Degradação. Trabalho e sociedade capitalista.

Abstract: The present study seeks to discuss "the degradation of labor in capitalist society: from origin to actuality". Within the universe of questions that this problem raises. We will present how the development of capitalism has negatively enabled the degradation of work and the worker over the years. For this, the theoretical basis used is the Marxist. The results of this investigation portray that, over time, the degradation of labor would be refining the forms of exploration that characterize the whole history of capitalism, with the working class being its target.

Keywords: Degradation. Labor and capitalist society.

I. INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apresentar a degradação do trabalho na sociedade capitalista, mediante investigação desse fenômeno em Marx, Engels e autores marxistas contemporâneos, com intuito de desvelar as determinações ontológicas da degradação do trabalho na sociedade capitalista. O estudo a partir desses autores nos permitiu compreender essa problemática como fenômeno presente em sociedades pré-capitalistas, considerando-se que a exploração do trabalhador, sua submissão, já era algo comum nas

¹ Professor com formação em Serviço Social. Faculdade de Tecnologia de Alagoas. E-mail: <rosaalencar.professora@gmail.com>.

sociedades escravista e feudal, embora não nas proporções alarmantes e desumanizadoras, conforme se observa na sociedade capitalista.

Dessa forma, modo de produção, trabalho e sua degradação/exploração, estão necessariamente articulados. E o fato de o trabalho ser fundante do ser social faz com que cada uma de suas particularizações seja fundante dos distintos modos de produção. Assim, por exemplo, como o trabalho funda a passagem do natural ao social, o trabalho primitivo funda o modo de produção primitivo, o trabalho servil funda o modo de produção feudal, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista e o trabalho associado fundará o modo de produção comunista, uma vez que cada modo de produção conta com a organização societária que brota da sua modalidade de intercâmbio orgânico com a natureza.

Diante disso, o presente estudo propõe apresentar a degradação nos limites do modo de produção capitalista, traçando sua origem, consolidação e desenvolvendo, bem como seus reflexos presentes na intensificação da exploração do trabalho e no trabalhador. Para tanto, buscamos apresentar a gênese da degradação presente na cooperação e na manufatura. Em seguida, mostramos a intensificação da degradação sustentada pela solidificação da ordem capitalista com o estabelecimento da maquinaria à grande indústria e expressa nas péssimas condições de vida e trabalho às quais o proletariado era submetido. No terceiro momento, apresentamos a degradação do trabalho no contexto posto pela crise estrutural e, como ativação dos limites absolutos, contribuem consideravelmente com o estabelecimento e expansão da degradação do trabalho e do trabalhador nessa sociabilidade, colocando em risco a própria existência humana.

II. OS PRIMÓRDIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: COOPERAÇÃO E MANUFATURA

O capitalismo, desde suas origens, tem redirecionado suas formas de controle ao longo da história para garantir a submissão da classe trabalhadora às mudanças em curso. Essas alterações estão diretamente vinculadas à degradação das condições de vida e reprodução do trabalho, existentes de maneira latente na formação inicial da sociedade capitalista – cooperação e

manufatura –, explicitando o domínio do capital sobre o trabalho como indispensável para organização do processo produtivo capitalista.

Com o afastamento das barreiras naturais impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela divisão social e técnica do trabalho, ocorrem mudanças significativas na vida dos trabalhadores rurais que deixam gradativamente as atividades agrícolas² e especificam-se em ofícios manuais diversos. Com o aprofundamento da divisão do trabalho e posterior separação entre o campo e a cidade, começa a surgir o artesanato e posteriormente a manufatura.

O desenvolvimento da economia mercantil, baseado na baixa concentração de renda, teve na produção artesanal um processo de produção, no qual os trabalhadores eram possuidores de ferramentas de trabalho e oficinas próprias, portanto detentores do controle sobre o trabalho e da qualidade total do produto. Dessa forma, a divisão do trabalho, presente nessas oficinas, apresentava um grau de desenvolvimento inferior ao encontrado na manufatura, e posteriormente na grande indústria.

A crescente expansão das relações sociais proporcionaram o aparecimento das agremiações de artesãos de um mesmo ofício, chamadas de corporações artesanais, ou guildas medievais. Tinham como objetivos a defesa do bem-estar dos seus membros, o monopólio do mercado de trabalho para artesãos locais e a regulamentação da conduta dos seus membros além do controle de qualidade das mercadorias, da proteção de segredos de produção e reserva do mercado.

Nas palavras de Huberman,

O sistema de corporações tivera duas características fundamentais: a igualdade entre os senhores e a facilidade com que os trabalhadores podiam passar a mestres. Em geral, isso ocorreu até os séculos XIII e XIV, os dias áureos dessas instituições. Depois disso, ocorreram modificações indispensáveis (1964, p.76-77).

Com o passar dos anos, o espírito de fraternidade e solidariedade entre as corporações foi rompido, fazendo surgir a concorrência entre os membros do mesmo ofício; os vencedores da concorrência aproximavam-se dos

² Dispensados pelo labor do campo, esses trabalhadores passam a se especializar em atividades artesanais, embrião das corporações medievais.

governos locais, controlando-os algumas vezes. Nesse contexto, também começa a aparecer o aumento da distância entre mestres e aprendizes, sendo que muitos iniciantes tornaram-se jornaleiros³. Aos poucos, os primeiros indícios da lógica capitalista como a concorrência e desigualdade entram nos domínios das corporações artesanais provocando conflitos entre seus membros.

Com a expansão dos mercados, os mestres-artesãos começam a perder o domínio dessas funções, o que possibilitou o aparecimento da figura do comerciante “intermediário”, embrião do capitalista moderno. Para Marx (1985), a cooperação se configura como princípio fundamental da produção capitalista, por representar a primeira forma de organização de trabalho na qual reúne uma quantidade significativa de trabalhadores, em torno de um mesmo plano, com processos de produção iguais ou diferentes, no entanto conexos, promovendo a subordinação de trabalhadores assalariados livres ao comando de um mesmo capital.

No entanto, o processo de trabalho realizado na cooperação, apesar de ter por finalidade a valorização do capital, se assemelha ao trabalho desenvolvido por antigos artesãos, pois “a oficina do mestre-artesão é apenas ampliada”(MARX,1985,p. 257). Assim, tanto na cooperação simples como na oficina do mestre-artesão, o mesmo trabalhador executa todas as fases na confecção de uma determinada mercadoria, fases já existentes nas corporações pré-capitalistas.

Além disso, na cooperação, a atividade do artesão ainda detém a consciência das ações que realiza, ou seja, os objetos naturais transformados por ele ainda são resultados de sua teleologia. Todavia, ao defrontar-se com o trabalhador extremamente qualificado, o capitalista impõe a necessidade de controle sobre a utilização dos meios de produção, tendo em vista a valorização do capital. Desse modo, toda a atividade é submetida à vigilância

³ Cabe salientar que a expressão jornaleiros, exposta por Marx em seu livro *o Capital*, não está relacionada à atividade de venda de jornais, mas às pessoas que eram submetidas a uma jornada de trabalho.

atenta do capitalista, com objetivo de estabelecer continuidade e harmonia no processo produtivo para proporcionar uma maior valorização do capital.

De acordo com Marx,

A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre explorador e matéria prima de sua exploração. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre adequada utilização. Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e unidade como corpo total do produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se defronta idealmente, portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela. Se, portanto a direção capitalista é, pelo seu conteúdo dúplice, em virtude da duplicidade do processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para elaboração do produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica(1985, p.263).

Desse modo, a cooperação como forma de produção capitalista torna-se além de processo de trabalho, processo de valorização, agora diferenciada das formas de trabalho pré-capitalistas. Apesar de sua base técnica artesanal ter permanecido a mesma, ela adquire a forma de trabalho especificado capital, na medida em que processo de trabalho sofre sua primeira modificação “quando o trabalho realizado deixa de ser elaborado por produtores individuais e isolados e passa a realizar-se com a utilização de vários trabalhadores trabalhando lado a lado, sobcomando do mesmo capital”(MARX, 1985, p.265).

Assim, ao combinar a atividade de muitos trabalhadores num sistema de cooperação, o capital alcançou um patamar produtivo impensável ao trabalho individual. Ampliada a níveis sem precedentes ao longo do desenvolvimento capitalista, essa produtividade tem como alicerce a exploração e degradação, crescentemente intensificadas, da força de trabalho. O surgimento da força coletiva vai de encontro à potencialização das forças produtivas individuais, impedidas de se desenvolver em plenamente, à medida que se submetem aos ditames do capital.

Em suma, as formas iniciais - ainda que superficiais da degradação do trabalho -aparecem mediante a subsunção formal⁴, quando o processo de trabalho torna-se meio do processo de valorização, em que os fins do trabalhador se alteram em face dos fins do capital, quando a força de trabalho aparece como parte do capital, em que o capitalista passa a ser proprietário dos meios de produção e ,portanto, possuidor do trabalho vivo vendido pelo trabalhador. Nesse sentido, na cooperação não se altera o conteúdo do processo de trabalho; o que se modifica é a forma social por meio da qual o trabalhador,o proprietário dos meios de produção e o processo de trabalho desenvolvem-se.

De acordo com Marx, “a cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito”(MARX,1985, p.267). Assim diferente da forma artesanal na qual o trabalhador dividia o processo de trabalho em várias fases e executava todas elas, na divisão manufatureira do trabalho surgirá a cooperação especializada, na qual cada uma das fases da divisão do trabalho será executada como função exclusiva do trabalhador específico. A divisão manufatureira revoluciona o elemento subjetivo do processo de trabalho, alterando a organização do próprio trabalho com o aparecimento do trabalhador parcial ou detalhista “a manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios que já encontrou na sociedade e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo (MARX,1985.p. 269). Essa nova forma de organização do trabalho proporciona sua primeira modificação real que agora se torna subsumido ao capital.

Embora a cooperação e a manufatura apresentem as primeiras formas coercitivas de

⁴ Entendemos por subsunção formal o movimento de subordinação parcial do trabalho ao controle do capital. Nele, o trabalhador ainda detém domínio técnico e subjetivo sobre o trabalho, o qual se expressa na habilidade artesanal e no controle dos instrumentos de trabalho (Souza,2011, p.38).

controle e degradação do trabalhador, sua base artesanal impossibilita a existência do domínio total do capital sobre o trabalho. Isso porque, apesar de o controle exercer caráter despótico e autoritário naquele período histórico, os trabalhadores ainda exerciam o domínio técnico sobre o trabalho e resistência operária às inovações, mesmo que de maneira incipiente, devido à subsunção formal do trabalho ao controle do capital que impossibilita o controle subjetivo do processo de trabalho. Com as palavras de Souza: “apesar da adaptação dos instrumentos de trabalho às funções específicas dos trabalhadores parciais, o trabalhador ainda detém domínio técnico pela disposição individual do trabalho parcial e pela habilidade artesanal” (2011, p.42).

III. A INTENSIFICAÇÃO DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO: UMA NECESSIDADE IMANENTE AO CAPITAL

Com o surgimento da grande indústria, ocorre a consolidação da divisão do trabalho por intermédio do uso capitalista da máquina. É nesse exato momento que se concentra nas mãos do capitalista o domínio integral da natureza e da quantidade de trabalho a ser produzida, o movimento de subsunção real do trabalho ao capital, que, por sua vez, reflete na total perda do trabalhador do controle sobre o produto produzido por ele e sobre o processo de produção. Para Marx(1985), esse processo significou uma revolução profunda nas forças produtivas e um poderoso instrumento de produção de mais-valia, apropriada pelo capital, mediante aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, repercutindo na degradação do trabalhador.

Diferentemente dos ofícios na manufatura que requeriam anos de aprendizagem para serem desenvolvidos, na indústria o processo de produção se limita a movimentos básicos sem necessidade de qualificação. Em outras palavras:

É característico que, até o século XVIII inclusive, os ofícios específicos se chamassem *mysteries* (*mystères*), em cujos arcanos só o empírico profissionalmente iniciado poderia penetrar. A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da

produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos constitutivos- produziu a bem moderna ciência e tecnologia. As coloridas configurações, aparentemente desconexas e ossificadas, do processo de produção social se dissolveram em aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas, de acordo com o efeito útil tencionado das ciências naturais. A tecnologia descobriu igualmente as poucas formas básicas do movimento, em que necessariamente ocorre todo fazer produtivo do corpo humano, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, assim como a Mecânica não se deixa enganar pela maior complicação da maquinaria quanto à repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora (MARX,1985,p.88-89).

As transformações decorrentes da base técnica da produção alteram as funções dos trabalhadores, bem como a divisão do trabalho em sociedade, passando a exigir trabalhadores preparados e versáteis, preparados para desempenhar diferentes funções. Nesse contexto, de acordo com Marx, começam a surgir as escolas politécnicas e agrônômicas⁵ com o intuito de possibilitar aos trabalhadores o manejo das máquinas. Essa necessidade de disponibilizar educação, imposta ao capital, traz elementos tanto contraditórios como transformadores ao conjunto da sociedade, pois ao mesmo tempo em que disponibiliza “educação” técnica à massa de trabalhadores em tenra idade, a faz de maneira que impossibilita seu crescimento intelectual, reduzindo sua atuação apenas a produção de proletários adequados ao desenvolvimento crescente do capital.

Dessa forma, a utilização capitalista da máquina representa um instrumento utilizado para romper, a qualquer custo, a resistência operária e aumentar a exploração, pois a maquinaria moderna além de recrutar força de trabalho feminina e infantil, cria uma massa trabalhadora excedente, potencializa a concorrência, além de rebaixar ainda mais o salário dos trabalhadores. Com o desenvolvimento da indústria moderna, a classe

⁵ Nas palavras de Marx(1985) “[...] são écoles d’enseignement professionnel, em que filhos trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo prático dos diferentes instrumentos de produção (1985,p. 90).

trabalhadora vai sendo fragmentada –operários, operárias, desempregados, crianças –, rompendo sua universalidade em singularidades atomizadas. O desafio para os trabalhadores, nesse contexto histórico, era de construir formas de organização universal de luta, com vistas a cessar a alienação, exploração e subsunção a que eram submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

Assim, é possível afirmar que a introdução das máquinas na produção foi o ponto decisivo em que o capitalismo se tornou parte da força humana (seu trabalho), dispensável. Isso posto, pode-se entender que a passagem da produção manufatureira para a produção industrial em massa constitui-se no fator decisivo para o domínio de classe da burguesia e para a consolidação do modo de produção capitalista. Assim, com a divisão do trabalho, associada com a maquinaria, o trabalhador deixa de deter domínio sobre o produto do seu trabalho e sobre o processo de produção. A sua atividade deixa de ser criativa e não apresenta desafios que possibilitariam um desenvolvimento das capacidades do trabalhador. Ao invés, condena-o à execução de uma tarefa repetitiva, que poderia ser executada por uma máquina. Desse modo, a divisão do trabalho serve aos interesses do capital e não aos interesses do ser humano que trabalha e, portanto, se coloca como instrumento de desumanização e degradação do trabalhador

Desse modo, a Revolução Industrial representou uma série de alterações no processo produtivo, possibilitando a transição entre a produção artesanal para a indústria moderna, alterando também, as formas de trabalho desenvolvidas. Em paralelo a essas transformações técnicas, ocorreram também transformações sociais, que se processaram no interior da organização de trabalho capitalista, como a concentração de trabalhadores assalariados organizados sob a vigilância do capital. Tanto Marx em *O capital*, como Engels em *A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra* registram aspectos de degradação das condições de trabalho presentes na intensificação e extensão da jornada de trabalho, na redução dos salários e na exploração do trabalho feminino e infantil, bem como nas péssimas condições de vida da classe trabalhadora industrial.

O proletário era desprovido de tudo, entregue a todas as formas de degradação. Para sobreviver, tinha que vender sua força de trabalho à burguesia, que detinha o monopólio dos meios de subsistência, com o apoio e proteção da força do Estado. “Eis por que o proletário, de direito e de fato, é escravo da burguesia, que dispõe sobre ele de um poder de vida e de morte. Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um ‘equivalente’ – seu trabalho” (ENGELS,1985,p.118). A perspicácia da burguesia é tanta, que está em possuir a força de trabalho do operário e, por consequência, a determinação de suas funções, ilusão de estar desempenhando ações segundo sua própria vontade, sem constrangimentos, como se tivesse poder sobre seu próprio destino. A esse respeito, Engels comenta:

Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem! Belo ‘equivalente’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia! E se o operário for suficientemente louco para preferir morrer de fome a se submeter às “justas” propostas dos burgueses, seus “superiores naturais”? Ora, é fácil encontrar um outro que as aceite, pois há muitos proletários no mundo e nem todos são insensatos o bastante para preferir a morte à vida (ENGELS,1985,p. 118).

É com a exploração e degradação da força de trabalho que a burguesia prospera e se expande, pondo-se como única oportunidade de sobrevivência daqueles que não detêm mais os meios de produção, dando-lhes apenas como alternativas “morrer de fome ou morrer trabalhando”. Diante disso, considerando ainda a redução do valor do salário pago ao trabalhador, o operário fabril, para garantir as mínimas condições de existência frente ao processo de mecanização, insere a família inteira no processo produtivo.

Dessa forma, a intensificação do trabalho promovido pelo uso da máquina representa para a classe operária a elevação da degradação da vida e do trabalho em graus jamais vistos até então. Com a indústria, aumentam as doenças, a mortalidade, a precária alimentação; diminui-se o número de horas de descanso e intensifica-se a degeneração física, intelectual e moral imposta pela burguesia. Ao vender sua força de trabalho ao capital, este assume a condição de “proprietário” do trabalhador, julgando dessa maneira ter vastos

poderes sobre suas condições de vida e trabalho, o que reflete na sobrecarga de trabalho e nos maus tratos.

De acordo com Engels, à medida que os processos de mecanização ganhavam terreno, aumentavam-se o rigor e a severidade ao trabalhador, com a introdução de multas aos que não cumpriam as regras e os horários estabelecidos pelo patronato, além da brutalidade e violência física para punir as faltas graves, tendo como principal alvo as crianças.

E isso não é nada perto dos atos de barbaridade individuais que se podem ler: crianças tiradas da cama completamente nuas pelos vigilantes que as empurram a murro e a pontapé para a fábrica, com roupas debaixo do braço. Batem-lhes para mantê-las acordadas, e apesar de tudo elas adormecem no trabalho; lê-se que uma pobre criança adormecendo após as máquinas terem parado e sobressaltada pela chamada brutal do vigilante, fazia, de olhos fechados, os gestos mecânicos do trabalho; lê-se que as crianças, muito fadigadas para poderem voltar para a casa escondiam-se sob a lã na oficina de secagem, para dormirem, e apenas conseguiam expulsá-las da fábrica a golpes de chibata; que centenas de crianças voltavam todas as tardes tão cansadas para a casa que o sono e a falta de apetite as impediam de jantar e que os pais as encontravam ajoelhadas diante da cama, porque tinham adormecido durante as orações; quando lemos tudo isso e centenas de outras infâmias e horrores, só neste relatório, tudo declarado sob juramento, confirmado por vários testemunhos, expostos por pessoas que os próprios comissários classificam de dignas de fé, quando pensamos que se trata de um relatório *liberal*, um relatório da burguesia destinado a rebater o relatório presente dos *tories* e a demonstrar a pureza dos corações industriais, quando pensamos que os próprios comissionários estão do lado da burguesia, [...] como não ficar indignado, enraivecido contra a classe que gaba de ser filantrópica e desinteressada, quando a única coisa que lhe interessa é encher os bolsos à *tout prix*? (ENGELS, 1985, p.189).

Para a burguesia, todas essas ações eram válidas com o intuito de satisfazer a valorização do capital. Em mais uma citação, podemos observar os elevados níveis de degradação imposta ao proletariado naquela época:

Tal é o preço que a sociedade paga para dar às belas damas da burguesia o prazer de usar rendas – e não é barato? Somente alguns milhares de operários cegos, algumas filhas de proletários físicas e uma geração raquítica desta população, que transmitirá as suas enfermidades aos filhos e aos netos. E que importa? Nada, absolutamente nada. A nossa burguesia fechará com indiferença o relatório da comissão governamental e continuará com rendas as suas esposas e filhas. Que bela coisa, a serenidade de alma de um burguês inglês! (ENGELS, 1985, p.220).

A degradação, com a industrialização, ganha proporções tão gigantescas que desumaniza, desmoraliza e transforma o ser humano em máquinas que (sobre)vivem, pura e simplesmente, para a riqueza material de uma única classe, a capitalista, mesmo que, para isso, a classe proletária tenha que se anular por completo como ser humano, passando a ser mero objeto de manipulação e submissão da burguesia.

IV. A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E DO TRABALHADOR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Conforme tópicos anteriores, a história do capitalismo demonstra que sua existência tem como suporte o artifício da acumulação, forjada numa série de processos violentos e predatórios, com vistas a garantir a manutenção e perpetuação desse sistema. Dessa forma, ao longo de seu desenvolvimento o modo de produção capitalista, passa por diversas reorganizações e múltiplas crises de natureza socioeconômica e política, mantendo sempre sua capacidade de produção e reprodução acompanhada pela lógica destrutiva do capital, aspecto que tem levado a sociedade contemporânea a uma crise civilizatória que abrange a vida humana.

Em momentos históricos de dificuldades enfrentados pelo capital, os períodos de crises apresentam-se como mecanismos de fuga e rearranjo da acumulação, em que os obstáculos para a reprodução apresentavam funções de saneadores na ordem produtiva. Com a crise estrutural, a flexibilização das contradições começa a enfraquecer, bem como as possibilidades de ajuste começam a se esgotar, estabelecendo uma “desintegração estrutural final” que vai se expandindo num longo processo. Para Mészáros, a crise estrutural avança de forma implacável em um processo contraditório de ajustes contínuos que só será “concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação radical inevitavelmente ligado às suas próprias contradições” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

A partir de 1970, o capitalismo passa a viver uma nova fase, cujas consequências geram uma crise estrutural do capital. Para Mészáros, desde os fins de 1960 e início de 1970, a sociedade capitalista foi marcada por um

depressed continuum. Após viver um longo período de expansão, passa a apresentar características de uma nova crise de natureza diferente da de outrora. Segundo sua análise, não há mais intervalos cíclicos entre expansão e recessão em que a relação de valor foi acometida pela lógica irrefutável de valorização do capital, corroendo as engrenagens de seu sistema sociometabólico. Com o estabelecimento de uma produção alienada, atrelada à degradação do trabalho e da natureza, as consequências destrutivas vão se intensificando, devido ao distanciamento de uma produção voltada às necessidades sociais cujos objetivos estão voltados para uma intensificação desenfreada da valorização do capital.

Cabe salientar que, as determinações históricas da crise estrutural precisariam ser buscadas no processo denominado de “ativação dos limites absolutos do capital”, tal como faz Mészáros. Ele organiza em quatro pontos as grandes contradições que estariam trazendo à tona tal ativação, conforme expusemos: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais de reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico.

Esses limites absolutos, além de serem imperativos da acumulação do capital e do funcionamento do próprio sistema, favorecem o aumento dos índices de degradação do trabalho e do trabalhador na contemporaneidade. No que se refere ao primeiro limite absoluto apresentado por Mészáros, constata-se que a estrutura totalizadora dos Estados nacionais entra em contradição com as estruturas de reprodução material do capital global, pois, ao mesmo tempo em que defende o discurso capitalista de sociedade globalizada, estabelece, na verdade, o corporativismo e protecionismo das empresas instaladas em países desenvolvidos, construindo, no interior da estrutura capitalista, relações socioeconômicas nada harmoniosas com suas filiais.

Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento do capitalismo global em sua fase monopolista, guiado pelas corporações transnacionais, representa contradições cada vez mais evidentes na relação capital/trabalho,

expressas na degradação do trabalho e do trabalhador inserido na atual ordem sociometabólica. Isso porque, a empresa capitalista, em sua busca crescente pelo lucro, “não deve ignorar o fato de que um monopolismo global bem-sucedido também teria de inventar uma força de trabalho, perfeitamente obediente, aceitando com satisfação ser dominada pelo poder global hegemônico” (MÉSZÁROS,2002,p.242).

No segundo limite apresentado por Mézáros, também identificamos elementos determinantes da degradação do trabalho e conseqüentemente do trabalhador na atualidade, com a tendência universalizadora do capital, em que a “destrutividade devastadora quanto às condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista” (MÉSZÁROS,2002,p. 252). De acordo com Mézáros:

É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não importando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria ideia de “restrição” é sinônimo de crise no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou sua dor da devastação social não tem qualquer significado para seu sistema de controle sociometabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua autorreprodução numa escala cada vez maior. É por isso que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos –incluindo seu relacionamento com condições básicas da reprodução sociometabólica –, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (MÉSZÁROS,2002,p. 253).

Nesse sentido, verificamos que os caminhos traçados para a expansão e acumulação do capital são coniventes com a degradação da vida e do trabalho nessa sociabilidade, uma vez que possibilitam, em escala cada vez mais crescente o aparecimento da fome e da miséria de milhares de seres humanos em escala global. Assim, ao degradar a natureza entendemos que o sistema capitalista degrada o próprio trabalho, na medida em que destrói as condições necessárias ao estabelecimento da produção e, por conseqüência, degrada o próprio homem, destruindo seus postos de trabalhos e os recursos naturais necessários para sua existência, o que põe em risco a humanidade como um todo.

O terceiro limite levantado por Mézáros, como um dos limites absolutos do capital, trata da libertação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. Aqui verificamos que a relação com a degradação do trabalho se

mostra na situação da mulher no mercado de trabalho, que, em sua maioria, está submetida a baixos salários em relação aos homens. Mészáros chama atenção para a “dupla jornada de trabalho da mulher”, fora e dentro de suas residências, sem nenhum acréscimo de remuneração, além do crescente número de famílias sustentadas por mulheres. O quarto e último limite apresentado é, a nosso ver, se comparado aos três anteriores, o que mais degrada o trabalhador na contemporaneidade. Trata-se do desemprego crônico, pois “até a parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, a mais grave das doenças sociais, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 225).

Dessa forma, podemos concluir que o estabelecimento do desemprego crônico revela para a classe trabalhadora, seja ela empregada ou desempregada, qualificada ou sem qualificação, jovem ou madura, uma das faces mais cruéis da degradação do ser humano enquanto vendedor de sua força de trabalho ao capital, uma vez que o coloca à mercê das necessidades de acumulação e valorização dessa sociabilidade, instalando, em todos os lugares do globo, um profundo sentimento de insegurança, diante de um quadro cada vez mais crescente de desemprego.

O desemprego crônico tem proporcionado à classe proletária a intensificação de sua degradação, uma vez que a diminuição dos postos de trabalho reflete problemas sociais e econômicos graves para o mundo atual, expressos na precarização da força de trabalho, na redução dos níveis salariais para a camada que permanece inserida no mercado de trabalho, na intensificação dos níveis de exploração, na redução da capacidade de organização sindical, no crescente aumento da compra da força de trabalho isenta de garantias trabalhistas, proporcionando o aumento considerável da degradação do padrão de vida da força de trabalho.

V. CONCLUSÃO

É notório que a situação dos trabalhadores nessa sociabilidade sempre foi injusta do ponto de vista do reconhecimento de suas potencialidades. No entanto, com o passar dos tempos, essa situação tende a degradar ainda mais em todos os setores necessários a sua existência, como na organização da vida, na sua renda e no acesso à saúde, entre outros. Essa tragédia atinge homens e mulheres, acenando uma transformação profunda no padrão de vida, em que o emprego/desemprego tem sido o elemento crucial na localização de indivíduos inseridos na sociedade de consumo.

Por fim, diante do apresentado, concluímos ser a degradação do trabalho algo inerente a sociabilidade capitalista, que, desde a sua origem até a contemporaneidade, tem refinado sua capacidade de exploração, a fim de possibilitar os meios necessários de sua existência, mediante diminuição do padrão de vida do operariado, desvalorização profissional, diminuição dos salários e direitos trabalhistas, desestruturação da família, agravamento do pauperismo e criminalidade, aspectos que têm contribuído cada vez mais para a degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade e, por consequência colocado em risco a própria existência humana.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 1985.

HUMBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1964.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. vol. I, tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril cultural, 1985 (Os economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política**. vol. I, tomo II. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril cultural, 1985 (Os economistas).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SOUZA, Reivan, M. **Controle, capitalismo e reestruturação produtiva: o programa brasileiro de qualidade e produtividade**. Maceió: EDUFAL, 2011.